

**Conselho Municipal dos Direitos
do Idoso**

Avenida Juscelino Kubitschek, 3287 – Jardim Boa Vista.
Foz do Iguaçu – Paraná. CEP: 85.864-000. (45) 3308-2090.
E-mail: cmdifoz@gmail.com

Ofício nº 22 / 2022 - CMDI

Foz do Iguaçu, 17 de [mes_extenso] de 2022

Ilustríssimo Senhor

Ney Patrício da Costa

Presidente da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal 3419/2007,

ENCAMINHA,

A fim de conhecimento, o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Anexo), elaborado por Grupo de Trabalho composto por membros representantes da sociedade civil e dos setores governamentais.

O Plano Municipal estabelece diretrizes para a Gestão Municipal para a área da Pessoa com Deficiência, a serem observadas no período de 2022 a 2024.

Solicitamos também sua colaboração no sentido de que se faça cumprir tais diretrizes bem como que seja encaminhado cópia deste ofício e anexo a todos os Vereadores.

Sendo o disposto, agradecemos pela atenção dispensada e manifestamos votos de estima e consideração.

LEONARDO CORREA LUGON

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura:

LEONARDO CORREA LUGON

Ao Senhor

NEY PATRÍCIO DA COSTA

Presidente da Câmara Municipal

FOZ DO IGUAÇU – PR



**Conselho Municipal dos Direitos
do Idoso**

Avenida Juscelino Kubitschek, 3287 – Jardim Boa Vista.
Foz do Iguaçu – Paraná. CEP: 85.864-000. (45) 3308-2090.
E-mail: cmdifoz@gmail.com

Ofício nº 22 / 2022 - CMDI

Foz do Iguaçu, 17 de [mes_extenso] de 2022

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **OFÍCIO**

Número: **22/2022**

Assunto: **ENCAMINHA O PLANO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA A FIM DE CONHECIMENTO**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=0b60db18-7e5e-46be-be25-fb3eb288b8c5&cpf=08443522763>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:

0b60db18-7e5e-46be-be25-fb3eb288b8c5

Hash do Documento

65F0E1A01E2BAD3181A59E4CEAD7F61B20DE16ECA5F5A557E8BE389E21301E4B

Anexos

PLANO MUNICIPAL DA PCD 2022-2024.pdf - **6f4e641e-dd83-4bf3-917d-42c552c51d22**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/08/2022 é(são) :

LEONARDO CORREA LUGON (Signatário) - CPF: 08443522763 em 18/08/2022 8:41:24 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPD**RESOLUÇÃO Nº 06**

APROVA o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência para o Biênio 2022-2024

CONSIDERANDO a Lei Nacional 13.146/15, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

CONSIDERANDO a Lei Municipal 3.419/07, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei Municipal 4.131/13, que altera a Lei 3.419;

CONSIDERANDO as tratativas e deliberações do Grupo de Trabalho para Elaboração do Plano Municipal da PCD, formado em 2019;

CONSIDERANDO a Resolução Plenária da 3ª Reunião Ordinária de 2022 e os ajustes realizados pelo CMDPD, tendo em vista sanar possíveis alterações após o advento da Pandemia COVID-19,

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no uso das atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º Aprovar e tornar público o **Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência para o biênio 2022-2024**, conforme Anexo I.

Art. 2º O Plano Municipal contempla os diversos eixos da esfera pública municipal, e suas diretrizes deverão ser observadas na condução das políticas públicas municipais para a área da PCD.

Art. 3º Ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência estará incumbido o papel acompanhar, fiscalizar e avaliar a implementação do presente Plano Municipal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, e revogam-se as disposições em contrário.

Leonardo Correa Lugon
**Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Pessoa com Deficiência**

ANEXO I**PLANO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIAFOZ DO IGUAÇU - BIÊNIO 2022-2024****I. Apresentação**

A construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática deve ter como ponto de partida a criação de políticas públicas e leis a fim de promover uma profunda transformação social. Neste contexto, é de suma importância a garantia de inclusão de todas as pessoas.

Esse Plano Municipal está dividido em Introdução e Objetivos, em que se demonstra a evolução histórica da busca pela qualidade de vida e autonomia às PCDs, as conquistas alcançadas e os pressupostos legais nas esferas nacional, estadual e municipal, bem como o resgate dessa legislação e seu avanço no tempo, propondo cumprimento e ajustes dessas normativas a nível municipal. Em seguida, o Marco Situacional apresenta um panorama de dados importantes para construção de um perfil da PCD que vive em Foz do Iguaçu. Por fim, são elencadas diretrizes divididas por áreas temáticas, indicando as prioridades para as ações municipais referentes à PCD.

II. Introdução e Objetivos

Ao longo da história da humanidade, o tratamento oferecido à pessoa com deficiência sofreu muitas transformações, fruto de processo histórico e social que remonta à Idade Antiga. Nas sociedades gregas e espartanas, eliminar a pessoa com deficiência era prática recorrente, algo que não mudou até a difusão do Cristianismo, quando a pessoa com deficiência passa a ganhar “alma”. Embora ganhe alguma proteção de vida, a pessoa com deficiência não gozava dos mesmos direitos garantidos a outros cidadãos no mesmo período histórico (PESSOTTI, 1984).

Ao longo dos séculos a visão sobre a deficiência vai se transformando no mundo, mas é no século XX que passamos a ter as mudanças mais contundentes, a partir de movimentos que dão maior visibilidade aos direitos das pessoas com deficiência. A Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, com o objetivo de chamar a atenção para leis e movimentos, buscando dar ênfase a igualdade de oportunidades para esse público.

Em 13 de dezembro de 2006, em reunião da Assembleia Geral para comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, é adotada pela ONU a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Esse é um marco para a luta por justiça e equidade social para as pessoas com deficiência e foi o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro como emenda constitucional.

Dez anos depois entra em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei nº 13.146/2015. Consolidando princípios e diretrizes desse recente tratado de direitos humanos do sistema global de proteção da ONU, a LBI pormenoriza as regras que deverão ser observadas para a garantia do exercício dos direitos das pessoas com deficiência no país. Organiza, em uma única lei nacional, como um verdadeiro marco regulatório para as pessoas com deficiência, direitos e deveres que estavam dispersos em outras leis, decretos e portarias, regulamentando limites e condições e atribuindo responsabilidades para cada ator na consolidação da sociedade inclusiva.

Segundo Feminella e Lopes (2016), em texto comentado sobre a LBI, escrito pela Fundação FEAC, a concepção de deficiência presente na CDPD e na LBI é baseada no modelo social de direitos humanos, no qual o conceito de pessoa com deficiência depende fundamentalmente do meio em que a pessoa está inserida. A deficiência passa a ser considerada a partir da limitação funcional do indivíduo, que com recursos de acessibilidade e apoios, não se impõe como obstáculo ao exercício de seus direitos.

A deficiência é resultante da interação entre limitações funcionais do corpo humano e as barreiras físicas, econômicas e sociais impostas pelo ambiente ao indivíduo. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a deficiência em si não “incapacita” o indivíduo e sim a associação de uma característica do corpo humano com o ambiente no qual ele está inserido. É, portanto, a própria sociedade que coloca barreiras e obstáculos, ou, então, é quem deixa de oferecer apoios, que faz com que um indivíduo pareça não ter capacidades, ou seja, visibiliza suas “deficiências”.

O modelo social destaca o impacto do ambiente na vida da pessoa com deficiência e defende que as barreiras arquitetônicas, de comunicação e atitudinais existentes devem ser removidas para possibilitar a inclusão das pessoas com deficiência. Da mesma forma, novas barreiras devem ser evitadas ou impedidas, com o intuito de deixar de gerar exclusão.

A deputada federal Mara Gabrilli, relatora da LBI na Câmara dos Deputados, explica que o texto da LBI tem como base a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, mas, muito além das medidas instituídas pela Convenção, tais como o acesso à saúde, educação, trabalho, cultura, lazer, informação, entre outros, o texto da Lei Brasileira de Inclusão baseou-se na carência de serviços públicos existentes no Brasil e nas demandas da própria população.

Ela também enfatiza que sua composição partiu do pressuposto de que nenhum retrocesso sobre os direitos já conquistados poderia ser feito. Além disso, era importante que não houvesse repetição de mandamentos legais já previstos em outras leis. A ideia da LBI sempre foi a de avançar direitos. Segundo a deputada:

“Podemos dizer que a Lei Brasileira de Inclusão não é um compilado de Leis, mas sim um documento que altera algumas já existentes para harmonizá-las à Convenção Internacional. Ou seja, leis que não atendiam ao novo paradigma da pessoa com deficiência ou que simplesmente a excluíam de seu escopo. Alguns

exemplos de Leis que a LBI alterou: Código Eleitoral, Código de Defesa do Consumidor, Estatuto das Cidades, Código Civil e a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. Vale lembrar também que a principal inovação da LBI está na mudança do conceito de deficiência, que agora não é mais entendida como uma condição estática e biológica da pessoa, mas sim como o resultado da interação das barreiras impostas pelo meio com as limitações de natureza física, mental, intelectual e sensorial do indivíduo.” (Mara Gabrilli, caderno de apresentação da LBI, disponível em seu site)

A deficiência deixa de ser vista como algo da pessoa e passa a ser vista como o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado dão às características de cada um. Nesse sentido, a LBI deixa claro que a deficiência está no meio, não nas pessoas. Com isso, pode-se concluir que se as pessoas tiverem mais acesso e oportunidades, sentirá menos as consequências de sua condição/característica.

O município de Foz do Iguaçu inaugura a criação de um Plano Municipal da Pessoa com Deficiência num momento bastante oportuno em termos dos avanços já conquistados para esse grupo populacional. A partir da LBI, faz-se necessário que os governantes se comprometam com a garantia de direitos já preconizada e que organizem as políticas públicas de sua competência de maneira articulada e planejada, de modo a atender aos preceitos legais conquistados e materializados na LBI.

É com esse espírito que a atual gestão municipal aposta numa política participativa, envolvendo integrantes da sociedade civil organizada não governamental e governamental, onde em diálogos construtivos alinhassem as metas e objetivos para a construção do **Plano Municipal do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência (PCD)**.

Apresentamos o Plano Municipal da Pessoa Com Deficiência (CMDPD) de Foz do Iguaçu, construído de maneira conjunta entre as Organizações da Sociedade Civil e os Instituições Governamentais, com a participação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência (CMDPD) de Foz do Iguaçu e de técnicos que atuam no atendimento à Pessoa com Deficiência.

O Plano Municipal foi estruturado em oito (08) Eixos Estratégicos: 1. Seguridade Social - Assistência Social, Saúde e Previdência Social, 2. Educação, 3. Esporte Cultura e Lazer, 4. Habitação e Urbanismo, 5. Transporte e Mobilidade, 6. Turismo, 7. Justiça e Segurança Pública, 8. Trabalho. Foram elencadas ações, estratégias, metas, executor, prazos, fontes de recursos e resultados esperados. Foi previsto o monitoramento e a avaliação do Plano, principalmente pelo CMDPD, mas também contando com a participação de toda a sociedade em seu acompanhamento.

O último capítulo aborda os resultados que se espera obter com o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência de Foz do Iguaçu. Ressalta-se que o mesmo não é documento acabado, e sim em permanente construção pelos mais diversos atores que compõem os atendimentos a Pessoa com Deficiência Iguaçuense. Este Plano Municipal propõe que a PCD seja a protagonista das ações, concretizando uma busca infinda de direitos.

Cabe aqui ressaltar que este tem sua abrangência na temporalidade do Plano Plurianual (PPA), sendo que suas ações e metas podem ser revistas anualmente, no período de 2020/2022, com ações de monitoramento e avaliação previstas no Plano ou conforme a dinâmica dos atendimentos quando se fizerem necessárias mudanças no documento. Este Plano da Pessoa com Deficiência será retomado no final de 2020 para atualização após as definições da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Objetivo Geral:

- Garantir as PCDs os direitos estabelecidos pela Constituição Federal, conforme os artigos 23º e 24º:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 1988, Artigo 23º, inciso II). Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XIV – proteção e integração social das **pessoas com deficiência** (BRASIL, 1988, Artigo 24, Inciso XIV).

Objetivos Específicos:

- Promover debates entre os setores governamentais e não governamentais do Município, viabilizando a exposição das demandas da PCD de Foz do Iguaçu de forma descentralizada, fortalecendo a atuação das

Organizações da Sociedade Civil.

- Organizar as diretrizes elencadas nos oito eixos temáticos no Plano Municipal em documento próprio, que norteie a elaboração das políticas públicas no Município de Foz do Iguaçu e o direcionamento de recursos financeiros.
- Fiscalizar e articular o cumprimento das diretrizes das políticas públicas voltadas para PCDs estipuladas no Plano Municipal, através do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

III. Marco Situacional

Atualmente, os censos realizados para levantamento da população de PCD não são muito claros e não apresentam dados de forma coerente com a realidade. É importante que seja elaborado um questionário mais específico, detalhando a deficiência, o padrão de renda, de idade, de escolaridade, de trabalho, gênero, raça, uso de serviços públicos, acesso a esporte, entre outros.

Assim, para este Plano, além da utilização do Censo do IBGE, foi realizado um levantamento municipal, dentre diferentes setores ligados ao atendimento à Pessoa com Deficiência.

O Município de Foz do Iguaçu possui, segundo o CENSO IBGE 2010, uma população de 57.961 pessoas com pelo menos uma deficiência, sendo 45.900 deficientes visuais, 11.646 deficientes auditivos, 16.306 deficientes físicos, 4.135 deficientes intelectuais e 10 não especificados.

Isso significa que, de um total de 256.088 habitantes do Município naquele ano, 22% possuía ao menos um tipo de deficiência. Ou seja, $\frac{1}{5}$ da população de Foz do Iguaçu é Pessoa com Deficiência, segundo o referido Censo.

No município, 2,3% da população possui pelo menos uma deficiência grave, e destes, 2,9% têm renda per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Num levantamento do Cadastro Único da Assistência Social do Município, com referência ao mês de julho de 2019, estão cadastrados 6.087 indivíduos com deficiência; destes 1.669 possuem deficiência mental ou intelectual, 3.095 possuem deficiência física, 204 deficientes auditivos, e 584 com deficiência baixa visão.

No ano de 2019, havia 387 alunos com deficiência matriculados na Rede Municipal de Educação, que possuem direito ao Atendimento Educacional Especializado. Até maio de 2019, 203 profissionais, entre professores CHS (Carga Horária Suplementar) professores PSS (Processo Seletivo Simplificado), agentes de apoio e estagiários realizam o atendimento às crianças com deficiência na Rede Municipal de Ensino.

São em torno de 6.000 cartões ativos de PCD pelo Foztrans (Instituto de Trânsito de Foz do Iguaçu), sendo que 2.500 tem autorização para ter um acompanhante. De 26/08/2016 até 27/11/2019 foram emitidas 511 credenciais de PCD.

Através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, são atendidas Pessoas com Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Deficiência Visual e Síndrome de Down.

O Campus da UNIOESTE de Foz do Iguaçu no ano de 2019 possuía 01 estudante PCD e 01 funcionária PCD.

Até 2019, nas escolas de modalidade especial, foram 62 inscritos na APASFI, 127 matriculados na Associação Viva Bia, 152 matriculados no Nosso Canto, 112 na ACDD e 533 na APAE.

A UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana) atende atualmente 55 alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem, e 37 servidores docentes e técnicos administrativos em educação, totalizando 92 pessoas com deficiência.

O número de contratações de Pessoas com Deficiência através da Agência do Trabalhador, no período de janeiro a outubro de 2019, foi de 21 pessoas.

São 70 associados na ASPAS (Associação Solidária as Pessoas Autistas).

A União dos Deficientes Físicos, que trabalha atualmente apenas com PCD esportistas, atende 20 pessoas, dentre atletas iniciantes e de alta performance.

IV. Diretrizes Municipais

EIXO 1. Seguridade Social: Assistência, Saúde e Previdência	Ação	Estratégias	Metas	Executor	Prazo	Fonte de Recursos	Resultados Esperados
1	Manifestações pela Garantia de atendimento presencial aos serviços administrativos dentro das agências do INSS a PCD;	Nota técnica aos órgãos de Defesa e Garantia de Direitos argumentando sobre a importância do resgate do atendimento presencial nas agências do INSS à PCD	Atendimento presencial à PCD nas agências do INSS	CMDPD, Instituições e Poder Público, SEDH, SMAS	Curto Prazo	Não necessita	PCDs que não têm acesso a internet/inclusão digital possam ser atendidas pelo INSS
2	Criar protocolo articulado de encaminhamento institucional entre as diversas políticas;	Desenvolver protocolo de encaminhamento em conjunto com os diversos serviços públicos de atendimento a PCD	Organizar os fluxos de encaminhamento	Instituições que atendem a PCD	Longo	SMAS	Implantação de um protocolo articulado de encaminhamento institucional com vistas a melhorar o fluxo de atendimento a PCD.
3	Articular, junto ao Governo Federal, recursos financeiros para custear a ampliação de equipes caso o acordo de cooperação técnica	CMDPD fazer interlocução com a SMAS para articular essa reivindicação por recursos, caso o Acordo seja pactuado.	Cadastrar todas as PCD	SMAS	Curto	PMFI, Estado, Sociedade Civil, Governo Federal	Maior acesso para PCD que não possui condições de realizar o cadastro online

	entre INSS e a Secretaria Municipal de Assistência Social seja pactuado.						
4	Censo sobre a população com deficiência no município	Realizar um censo, com questionário a ser elaborado em parceria com o CMDPD, a fim de conhecer quantitativa e qualitativamente a população PCD em Foz do Iguaçu	Dados concretos sobre a PCD	PMFI SMAS SMED SMSA	Médio	PMFI	Possuir informações concretas que subsidiem a implementação de políticas públicas para a PCD no município
5	Transporte social adaptado para os serviços ofertados pelo Município à PCD;	Estabelecer diálogo com a PMFI para aquisição de transporte social adaptado visando melhoria no atendimento a PCD.	Aumento da disponibilidade de transporte social adaptado	PMFI/SMSAFOZ TRANS	Curto	PMFI	Transporte social adaptado disponível na rede pública de atendimento a PCD
6	Modernizar os painéis eletrônicos com senha luminosa e sonora para atendimento nos postos de saúde, UPAs, poliambulatorios e previdência e assistência social e Transporte Coletivo	TICS - Tecnologia de Informação de Comunicação Alternativa	Todas as UBS, Pontos de Ônibus	Educação, SMTI	Longo	SMTI	Maior autonomia para a PCD nos atendimentos de saúde
	Criar Núcleo de Intérpretes de Libras ou Central de Interprete de Libras (CIL) para que surdos possam ter acesso aos serviços públicos;	Vaga de concurso público ou PSS para Intérprete de Libras para o Município	Ter Tradutor e Intérpretes de Libras (TILS) a serviço da PMFI	PMFI	Médio/Longo		Inclusão da PCD/surdos nos serviços de atendimento Acessibilidade de Comunicação e de Informação.
	Defesa do processo		Manter o processo	INSS CMDPD	Médio		

	avaliativo dos requerimentos do Benefício de Prestação continuada da PCD que leve em consideração a deficiência e o grau da incapacidade de acordo com a CIF feito por profissional Assistente Social e Médico Perito Especialista na Doença do INSS.		avaliativo realizado por médico juntamente com o assistente social				
9	Promoção de atividades formativas para profissionais da rede pública de atendimento para inclusão da PCD;	Formação e capacitação continuada como forma de garantir o atendimento qualificado a PCD	Capacitar Profissionais	PMFI		PMFI	Profissionais capacitados para atender a PCD
10	Garantia de profissionais especialistas na área de saúde que se encontra em déficit para atendimento no município, como forma de garantir atendimento a PCD	Buscar junto ao executivo municipal ações que garantam atendimento especializado de forma ininterrupta no SUS	Garantia de profissionais nas especialidades	SMSA	CURTO	PMFI	Garantir a PCD acesso a atendimento humanizado e qualificado
11	Projeto de lei municipal para que o laudo médico para PCD permanente não tenha a necessidade de renovação	Expor à câmara de vereadores a necessidade de um PL que garanta que o laudo fornecido a PCD seja permanente	Eliminar a necessidade da renovação do laudo médico	CMDPD Câmara de vereadores	Médio		Lei que garanta laudo médico sem a necessidade de renovação a PCD permanente
12	Ampliação e fortalecimento dos mecanismos de informação para PCD,	Ter conhecimento sobre surdo que tem sua Língua que é Libras e sua Cultura, saber	Qualificar o maior número de servidores	Sec Saúde ou Educação ou Instituição (APASFI)	Curto/Médio		Os funcionários públicos saber sobre surdos e como atender os.

	divulgação da importância da Libras na rede pública integrada, e da diferença no atendimento para surdos e deficientes auditivos.	como atender paciente surdos e deficientes auditivos					
13	Estabelecimento do pagamento de no mínimo uma tabela e meia para órteses próteses e meios auxiliares de locomoção até que haja atualização da tabela SUS que encontra-se congelada desde 2008.	Sugerir a administração municipal a complementar o pagamento das OPM como forma de garantir o fornecimento e a qualidade das OPM.	Garantir o fornecimento de OPMs e o emprego de novas tecnologias nos materiais fornecidos.	SMSA	Curto	Fundo Municipal de Saúde	Tornar condizente com o mercado os valores das OPMs para que se possa garantir a dispensação com qualidade nos materiais e emprego de novas tecnologias não custeadas pela tabela SUS.
14	Criar serviço de notificação do nascimento de pessoa com deficiência para garantir intervenção precoce por equipe multidisciplinar	Fazer articulação entre maternidade e Centros de Reabilitação/Instituições públicas e/ou privadas que prestam esse tipo de serviço e com associações de famílias (sociedade civil organizada)	Ter atendimento multidisciplinar precocemente	Hospitais e instituições/associações existentes		PMFI	Cumprir com os objetivos previstos na LBI/2015
16	Desenvolver e implementar programas e projetos voltados às necessidades da pessoa com deficiência em todas as áreas da administração pública municipal direta e indireta	Promover a inclusão de jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, na vida comunitária e social		Rede de atendimento intersetorial e sistema de garantia de direitos	curto, médio e longo prazo	Federal Estadual Municipal	Acesso aos serviços de proteção e garantia de direitos

17	Garantir articulação entre entidades governamentais e não governamentais que tenham responsabilidades no atendimento à pessoa com deficiência.	Produzir e ofertar informações sobre direitos das pessoas, medidas de prevenção e cuidado e os serviços disponíveis na rede		Rede de atendimento intersetorial e sistema de garantia de direitos	curto, médio e longo prazo	Municipal	Contribuir para a construção progressiva da autonomia, com maior independência e protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária
18	Viabilizar a implantação de Centro Dia para PCD e Famílias/Cuidadores, para atividades para Socialização, Convivência e de Orientação	OFERTAR apoio às famílias e aos cuidadores familiares na diminuição do estresse decorrente dos cuidados prolongados na família	50 Famílias/PCD	SMAS SAÚDESMEL	LONGO PRAZO	Federal Estadual Municipal	Redução e prevenção de isolamento social; Diminuição da sobrecarga dos cuidadores; Proteção e cuidados voltados ao desenvolvimento de autonomia
19	Viabilizar a implantação de nova unidade de Residência Inclusiva	Ofertar Serviço de Acolhimento Institucional, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, para jovens e adultos com deficiência,	10 indivíduos/famílias	SMAS	curto prazo	Federal Estadual Municipal	Ofertar de forma qualificada a proteção integral de jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência.
20	Promoção da Saúde da Gestante	Acompanhamento de saúde da gestante, fornecimento de suplementação vitamínica (especialmente ácido fólico e vitamina D), agilidade para as consultas e exames pré-	Todas as gestantes que acessarem o SUS e as contactadas em visitas domiciliares dos Agentes Comunitários de Saúde	SMSA, SMDH	Curto, médio e longo prazo	Federal, estadual, municipal	Garantir às gestantes prioridade em consultas, exames pré-natais bem como que seja fornecido suplementação vitamínica, pois a

		natais					deficiência de vitaminas e a falta de consulta e exames pré-natais são fatores de risco para diversos tipos de deficiência
--	--	--------	--	--	--	--	--

EIXO 2. Educação	Ação	Estratégias	Metas	Executor	Prazo	Fonte de Recursos	Resultados Esperados
1	Criar um Núcleo de Intérpretes de Libras ou Central de Interpretes de Libras (CIL)	Chamamento de profissionais através da SMED (PSS ou Concurso)	Atender a demanda do Município	Prefeitura Municipal	Médio prazo		Acessibilidade aos surdos
2	Criar quadro de servidores municipais para: Intérprete de Libras, Professor de Libras, Instrutor de Libras	Concurso e ou PSS	Atender os espaços por onde permeiam os surdos	Prefeitura Municipal	Curto prazo	PMFI	Cumprir os direitos da equidade de ir e vir
3	Adaptar para PCDs todos os concursos ofertados, considerando as especificidades das funções	A Comissão dos Editais tenha pessoas preparadas para adaptação dos concursos	Cumprimento da Lei	PMFI	Médio prazo		Garantir a Equidade preconizada por Lei.
4	Garantir formação Continuada para todos servidores municipais que atendem a pessoa com deficiência	Buscar profissionais especializados para: Palestras, workshop, seminários, fóruns etc.	Esclarecimento, exposição de conhecimento e sensibilização	Smed e DIEE, instituições da sociedade civil	Permanente		Atendimento qualificado aos PCDs tendo como foco acolhimento, sensibilização,

							planejamento.
5	Garantir encaminhamento com fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, profissional de orientação e mobilidade, assistente social, Acompanhante Terapêutico e Psicólogo aos alunos da Rede de Ensino com deficiência. Respeitando o princípio de descentralização do Sistema Único de Saúde. Fortalecendo o atendimento no CER IV com oferta de condições para esses atendimentos (veículos, espaço físico e mobilidade).	Concurso, PSS, Parcerias com Instituições de Ensino Superior e Organizações da Sociedade Civil para garantir os profissionais especializados	Atender a demanda simultaneamente	Saúde, SMED, PMFI	Permanente	PMFI, Saúde	Evitar longas esperas da demanda Encaminhada e atender demanda reprimida
6	Ampliação do espaço físico para atendimento da demanda reprimida das Escolas Municipais da Modalidade Especial	Construção de salas de acordo com a necessidade	Atendimento da demanda reprimida	PMFI, Secretaria de Obras	Curto prazo	PMFI, Sociedade Civil em Parceria com PMFI	Garantia do atendimento que prevê a LDB 93/94/96
7	Ampliar a oferta do atendimento PAPHED para alunos da Rede de Ensino e os PCDs das Escolas da Modalidade.	Rever o projeto aumentando o número de recursos humanos para o atendimento	Abranger a demanda reprimida que vem aumentando a cada ano.	DIEE	Curto prazo	PMFI SMED	Atender efetivamente a demanda no decorrer do ano
8							

	Criar espaços adaptados e salas de aula especializadas na modalidade de EJA para PCDs com idade acima de 16 anos, para o ensino fundamental	Viabilizar espaço físico, com recursos humanos, devido a Legislação não permitir o uso do mesmo local para ensino comum e ensino especial	Atender PCDs com essa faixa etária que se encontram fora da escola	PMFI, Secretaria de Obras, SMED (DIEE) e OSCs.	Médio prazo	PMFI	Garantir atendimento da modalidade EJA para PCDs com todas suas especificidades
9	Fomentar o número de vagas de formação profissional na UAB em Educação Especial	Dialogar com a UAB sobre a ampliação de vagas e criação de projetos voltados à Ed. Especial	Ofertar formações diversificadas com qualidade	UAB	Curto prazo	UAB	Ampliação de Recursos Humanos especializados
10	Ofertar concurso público específico para atuar em Educação Especial	Edital e licitação	A educação especial seja atendida por profissionais concursados e especializados	PMFI SMED	Médio prazo	PMFI	Alunos atendidos em sua especificidade
11	Ampliar espaços e vagas nas Instituições que já possuem Ensino Profissionalizante para PCD, bem como ampliação e nos cursos de qualificação na formação profissional	Parcerias com outras instituições públicas e privadas	Ofertar outras profissões ampliando o número no mercado de trabalho	As próprias Instituições de ensino profissionalizante e EJA, CIEE	Médioprazo	PMFI	Mais PCDs na atuação em diferentes setores
12	Promover programas, TICs e TAs específicas Nos Cmeis, Escolas do Ensino Fundamental e da Modalidade	Buscar e Implantar softwares nas salas de informática	Facilitar o desenvolvimento dos alunos através de recursos tecnológicos	SMED através do departamento de Tecnologia, SMTI, parceria com PTI e outros	Curto prazo	Sem custos	Apropriar-se do conhecimento através da TI/TAs
13	Realizar ações de esclarecimento e conhecimento, no que se	Palestras, campanhas informativas nos espaços educativos	Estimular a participação das famílias e da	SMED, SMEL, SEDH, Fundação Cultural, diversos	Curto prazo	Sem custos	Promover uma comunidade inclusiva e participativa

	refere a Educação Inclusiva.	buscando parcerias em outras instituições	comunidade	setores			
14	Cumprimento do Decreto/Lei já existente referente a ofertar a disciplina de Libras no currículo dos CMEIs nas turmas de infantil V, nas Escolas do Ensino Fundamental e da Modalidade.	Cumprir Lei	Promover o conhecimento da Língua de Sinais (Libras) e habilidades	SMED	Médioprazo	Sem custo	Apropriação da Língua de Sinais (Libras) facilitando a comunicação com seus pares.
15	Cumprimento do Decreto 9522/18 Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.			SMED, Fundação Cultural, Parceria com instituições, NRE	Longoprazo	SMED, Fundação Cultural, parceria com instituições, NRE	Facilitar a disponibilidade de obras em formatos acessíveis aos beneficiários. A limitação ou exceção prevista na legislação nacional deve permitir as alterações necessárias para tornar a obra acessível em formato alternativo.
16	Impressão do Plano Municipal em Cartilhas	Divulgar o Plano Municipal, as demandas, orientações e informações em todas as escolas municipais, escolas da modalidade especial e em repartições públicas		SMED, OSCs, SMDH	Curto Prazo	SMAS/SMDH/SMED	Levar ao conhecimento público o trabalho realizado em prol da solução de problemas identificados no âmbito do município.

EIXO 3. Esporte, Cultura e Lazer;	Ação	Estratégias	Metas	Executor	Prazo	Fonte de Recursos	Resultados Esperados
1	Ampliação e Adaptação dos Centros de Recreação Municipais (Esporte, Cultura e Lazer) para PCD	Ampliar e adaptar os equipamentos esportivos e recreativos municipais para PCD, com academia adaptada e quadra de esportes para treinamentos em todas as modalidades de PCD e laboratórios tecnológicos e culturais	Atividades para as PCD do Município	CMDPD, SMEL, SMPC, SMOB	Médio	Próprio, emendas parlamentares	Facilitar a inclusão de PCD em eventos culturais, e no transporte coletivo sem a necessidade de passar a roleta (deficiente visual)
2	Criar um selo de qualidade para incentivar a Fiscalização sobre Acessibilidade em núcleos culturais, esportivos e comércio.	Notificar exigindo providências pela falta de acessibilidade em todos os locais onde forem observadas a falta de acessibilidade ex. Calçadas do ginásio Costa Cavalcanti		CMDPD	Médio	SEDH	
3	Criar um prêmio municipal para iniciativas voltadas a PCD, no âmbito do esporte e cultura.	Concurso de projetos culturais e esportivos voltados a PCD.	COMEL (Conselho Municipal de Esportes e Lazer) e CPMPC (Conselho Municipal de Políticas Culturais)	SMEL e Fundação Cultural	Curto	SMEL e Fundação Cultural	Novas praticas esportivas e culturais
4	Cursos e capacitações parahumanizar o atendimento a PCD.	Criar capacitações para todos os profissionais que lidam direta ou indiretamente com PCD, para terem um atendimento diferenciado para haver mais		SMEL, SMAS, SER IV E CULTURA.	Médio		Profissionais humanizados e prontos para atender nas mais diferentes necessidades do PCD

		humanização e mobilidade ex. Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos, esportes e cultura.					
5	Uniformes para serem usados fora de quadra (extra jogos)	Para que as delegações esportivas possam usar uniforme padrão também fora de quadra, pois assim facilitam a identificação do mesmo como atleta em seu trajeto de casa para os treinos, e excursões, proporcionando com isso representatividade dentro e fora de nossa cidade		SMEL	Médio		
6	Criação de projetos inclusivos para atender a demandada 18 a 59 anos	Aumento de vagas e postos de atendimento do SCFV para dar oportunidades aos PCD conviver em comunidade fora das escolas específicas		SMEL, CRAS, OSCs	Médio	SMEL	Divulgação das modalidades esportivas PCD para incentivar novos atletas a também participarem
7	Quantificar nos Editais da Fundação Cultural, por meio de pontuação, projetos que contemplem o público PCD.	Implementar critérios de pontuação específicos, por modalidades artísticas, para propostas que contemplem a PCD (áudio descrição, Tradução por Libras, acessibilidade, projetos sensitivos, etc)		FC, CMDPD	Curto	FC	Estimular nas propostas de editais culturais e artísticos da FC à criação projetos que visem o público da PCD e promovam acessibilidade.
8	Criação de uma brinquedoteca adaptada.	Estimular o aprendizado, criatividade e inclusão através do espaço lúdico	Fundação Cultural e Biblioteca pública	FC, Biblioteca Pública	Médio	FC	Estimular a interação, inclusão e aprendizado da criança com deficiência, através do ambiente lúdico.
9	Tornar obrigatório nas bibliotecas públicas recursos	Estimular o acesso da PCD ao universo conhecimento e literatura, por meio de	Fundação Cultural / Biblioteca	FC, BIBLIOTECA	Médio	FC	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover

	específicos para inclusão da PCD.	recursos tecnológicos, tais como computadores com softwares e aplicativos instalados para auxiliar as pessoas com deficiência visual e auditiva; áudio-livro ou livro falado.	pública				oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Além de promover o acesso de pessoas em condições de vulnerabilidade a um estado de cidadania, identidade e autonomia perante a sociedade em que vive (ONU, 2012).
--	-----------------------------------	---	---------	--	--	--	---

EIXO 4. Habitação e Urbanismo	Ação	Estratégias	Metas	Executor	Prazo	Fonte de Recursos	Resultados Esperados
1	Acompanhar a Comissão Permanente de Acessibilidade(CPA) em suas demandas	Verificar agenda de reuniões	Colaborar com as execuções propostas	CMDPD	Curto	Não há	Implantação de políticas públicas
2	Cadastro com indicativos PCD para Habitação Social	Alimentar o sistema. Informatização que permite a emissão de relatórios	Transparência nas informações	Foz Habita	Longo	Público	Facilidade e Rapidez na informação
3	Moradia digna para PCD	Elaboração de rotina de acompanhamento	Garantir moradia adaptável para PCD	Foz Habita	Longo	Público	Atendimento de demanda
4	Garantir que 5% de todos os empreendimentos de moradia social sejam destinados a PCD	Reservar moradias adaptadas	Atender público PCD	Foz Habita	Curto	Público	Atender público PCD

EIXO 5. Transporte e Mobilidade Urbana	Ação	Estratégias	Metas	Executor	Prazo	Fonte de Recursos	Resultados Esperados
1	Acessibilidade para PCD no transporte público	Sinalização sonora, tátil e visual além de acessibilidade física. Para próxima licitação, exigir ônibus com piso baixo	Atingir 100% da frota de ônibus	Foztrans	Longo	Pública	Atender o público PCD
2	Acessibilidade nos pontos de embarque e desembarque de ônibus	Diagnosticar demanda de acessibilidade arquitetônica e placas em braile	Atingir 100% dos pontos	Foztrans e SMFA	Médio-Longo	Pública	Atender o público PCD
3	Acesso para PCD em todas as edificações públicas	Solicitar adequação	Atingir 100% das edificações públicas	SMPC SMOB SMFA	Longo	Pública	Atender o público PCD
4	Implantação de faixa elevada	Diagnosticar demanda (escolas, creches, postos de saúde de hospitais)	Atender 100% da demanda	SMPC SMOB Foztrans	Curto	Público	Segurança no trânsito para PCD e público em geral
5	Realizar levantamento e acompanhamento do estado dos passeios públicos e estruturar rotas acessíveis	Diagnosticar demanda	100% do passeio público do município	Foztrans SMPC SMOB SMMA	Médio-Longo	Público	Segurança no trânsito para PCD e público em geral
6	Instalação de semáforos inteligentes	Verificar pontos estratégicos	Orientação e segurança das pessoas com deficiência visual	Foztrans	Médio	Público	Segurança no trânsito para PCD e público em geral

EIXO 6. Turismo	Ação	Estratégias	Metas	Executor	Prazo	Fonte de Recursos	Resultados Esperados
1	Gratuidade de PCD e 50% para seu acompanhante em Pontos Turísticos de Foz do Iguaçu, garantido por Lei Municipal, garantindo acessibilidade	Minuta do Projeto de Lei Popular, provocar diálogo com as concessões de pontos turísticos em Foz do Iguaçu para adotar a metodologia a exemplo da Argentina que não cobra ingresso de PCD e seu acompanhante nas Cataratas lado argentino independente de ser ou não morador da região	Todos os pontos turísticos	SMTU e CMDPD	Curto	-	Fomentar o Turismo Inclusivo de PCD no Município de Foz do Iguaçu
2	Cartilha de Direitos federais, estaduais e municipais da PCD, expondo também os serviços gratuitos na área do turismo e transportes	Criar uma cartilha com todos os direitos do PCD, pois existem algumas vantagens que não são divulgadas ex, MEDIFI (todo deficiente tem direito a 80% de desconto para acompanhantes em passagens aéreas)	Levar ao conhecimento da PCD os seus direitos e os serviços que são ofertados de forma gratuita	SMASMTU, SEDH. CMDPD	Médio	Público e Privado	DIVULGAÇÃO
3	Cartazes com pontos de acolhida e atendimento ao PCD, contendo informações para o Visitante de Foz do Iguaçu	Divulgar os locais onde existem atividades voltadas a PCD para os visitantes e turistas	Divulgação nos principais pontos de chegada de turistas e visitantes para acolhimento humanizado	CMPCD	curto	SEDH	Acolhimento humanizado à PCD que visita o Município e ao morador.
4	Informações em Braille em hotéis e afins, pontos turísticos e pontos de transporte	Criar folder e Placas com informações dos pontos turísticos em Braille	Todos os hotéis e pontos turísticos	SMTU FozTrans	Curto	Público e Privado	DIVULGAÇÃO E ACESSO A INFORMAÇÃO
5	Criar lei municipal que garanta que os hotéis e afins e espaços turísticos municipais tenham Intérprete de Libras e informações em Braille.	Ter funcionários que sabem Libras para atender Turistas Surdos.	Todos	SMTU	Médio		Divulgação e Acesso de Informação para Turistas PCD.
6	Criação de Lei para que os Pontos Turísticos tenham Painel em alto relevo retratando cada ponto turístico	Elaboração da Minuta do PL	Todos os pontos turísticos de Foz do Iguaçu.	Secretaria de turismo e Responsáveis pelos pontos turísticos	Médio	Não é necessário.	Para que todo deficiente visual possa sentir a grandiosidade das belezas dos atrativos turísticos
		Turistas PCD pagam ingressos e		SMTU	Médio/Longo		Acessibilidade e

7	Acessibilidade nos passeios turísticos	não tem acessibilidade de informaçãoe nem de comunicação	Todos				autonomia
---	--	--	-------	--	--	--	-----------

EIXO 7. Justiça e SegurançaPública	Ação	Estratégias	Metas	Executor	Prazo	Fonte de Recursos	Resultados Esperados
	Curso para Guardas Municipais, e Policiais Militares de Libras	Utilizar espaço da própria instituição, e horário de serviço, para evitar esvaziamento das turmas	Atingir 30% do efetivo	Município	Médio prazo	Município	Capacitar o maior número possível de Intérpretes de Libras no atendimento primárioda violência
	Palestra única sobre cada deficiência (física, visual, auditiva, intelectuais, autismo)	Palestra por profissional da área específica	Sensibilizar grupos atuantes e recrutar voluntários para ações	Município/ secretaria municipal de segurança pública/ secretaria de saúde/ secretaria de educação	Médio prazo	Probono/ município	Sensibilização e a capacitação para o atende das pessoas com deficiência e/ou limitações

EIXO 8. Trabalho	Ação	Estratégias	Metas	Executor	Prazo	Fonte de Recursos	Resultados Esperados
1	Orientar e capacitar os funcionários sobre a LBI e a Inclusão da PCD no ambiente de Trabalho	Cursos de capacitação para empresas públicas e privadas sobre a Inclusão doPcD	Promover Inclusão da PCD no ambiente de trabalho	Agência do Trabalhador, SEDH, Parceriacom ACIFI	Curto	Público e Privado	Conhecimento e respeito à PcD no ambiente de Trabalho.
2	Ação de Sensibilização sobre Cargos Ocupados pela PCD	Elaborar cartilha e oficina de sensibilização sobre os cargos que podem ser ocupados pela PCD, que não são apenas os Operacionais, mas também técnicos, considerando a deficiência e o currículo da PCD.	Ampliar a área de atuação das PCD no mercado de trabalho, em cargos de chefia, cargos técnicos etc, e não apenas operacionais	SEDH, Agência do Trabalhador e CMDPD, parceria com ACIFI	Médio Prazo	Recurso para impressão das Cartilhas: Público	Valorização da capacidade profissional da PCD, respeitando suas limitações, mas também sua formação e currículo.

VI. Ficha Técnica

Contribuíram para a construção do presente Plano Municipal os Secretários Elias de Sousa Oliveira, de Secretaria de Assistência Social, e Rosa Maria Jeronymo Lima, da Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos e Relação com a Comunidade, bem como conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e o Grupo de Trabalho formado por representantes de secretarias e autarquias do poder público federal, estadual e municipal, representantes de organizações da sociedade civil e cidadãos.

Os Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD)

Dinorá Francisca de Moraes, enquanto Presidente do CMDPD

Anne Caroline Festucci

Cleverson Lima

Gilberto Monteiro Bento

Kelyn Cristina Trento

Maria Alzeneide Pinheiro

Marilene Aparecida Schardosin

Marlene Martins D'Oliveira

Marlos Fabiano Gracioli

Nelson Alex Maboni

Servina Sanches Bossa

Sheila Rodrigues Paião

Solange Aparecida Gebing

Wanderleia de Jesus de Andrade de Oliveira

Da Esfera Governamental

Ademir Weidag (INSS)

Andressa Bianco Estruzani (SMOB)

André dos Santos (SMAS)

Anny Reis (SEDH)

Carmem Juliana Cáceres (Foz Habita)

Daniela F. S. Salgado (SMED)

Elaine Anderle (Foz Habita)

Elizabete Baptista Santos (SMED)

Gabriela Dotti Chioquetta (SMAS)

Gisele Amâncio Siqueira (SMED)

Iraci Peireira (Guarda Municipal)

Ivan Mezomo (Foz Trans)

Jocileia da Silva Klauck (SMSA)

Katia da Silva Alves (SMSA)

Lair Dias (Guarda Municipal)

Luciana Ferreira Zanetti (SMAS)

Marciano Emígdio (INSS)

Maria José de Sousa El Saad (SEDH)

Maria Palmira Souza (SMTU)

Odete T. Oliveira (INSS)

Paulo Glanert (SEDH)

Roberto José dos Santos (SMEL)

Sheila Rodrigues Paiao (SMSA)

Tatiana da Silva Lopes (SMAS)

Willian Fragata dos Santos (Fundação Cultural)

Da Sociedade Civil

Andrea Carolina Bernal Mazacotte (APASFI)

Bruna H. Osman (OAB)

Cidinéia Rojas (ONG Esportiva Meninos das Cataratas)

Larissa F. D. Albiero (Nosso Canto)

Leonardo Correa Lugon (APAE)

Nelson do Carvalho (UDF)

Orceni Antunes de Matos (APASFI)

Roberto Bernal Mazacotte (UNILA)

Roy Eddie Marquardt Filho (UNILA)

Samia Walid Omairi (ASPAS)